



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos, na sala nº 97 do Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, teve início a 20ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, com informes gerais e justificativas sobre a ausência da Presidente titular. Em reunião restrita aos membros do CIF e coordenadores das CTs, tratou-se inicialmente da solicitação do Prefeito de Mariana para adiamento do Seminário do CIF no município. Assim, foi decidido que não haverá Seminário do CIF em Mariana no ano de 2017, suspendendo-o, sem nova data marcada, com o apoio do Estado de MG. O Seminário no ES foi novamente confirmado para dezembro. Na sequência, a Presidente suplente do CIF informou que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia enviou ofício que menciona a Nota Técnica nº 23/2017 do TAMAR sobre o monitoramento da pluma de sedimentos provenientes da Barragem de Fundão. A NT sugere a entrada da pluma em uma extensão de setenta quilômetros no litoral baiano, atingindo os municípios de Nova Viçosa, Prado e Caravelas, além do Parque Nacional de Abrolhos, da RESEX Cassurubá e da APA Ponta da Baleia. Após a leitura do ofício, no qual o Governo da Bahia solicita reunião para definição de forma para inclusão desse Estado no CIF, o Procurador da PFE/Ibama ressaltou impedimento jurídico para atendimento dessa demanda, uma vez que a estrutura de governança foi proveniente do acordo entre as empresas e os entes federativos, necessitando de alteração do TTAC e anuência dos participantes. O Secretário-Executivo do CIF comunicou que foi criado GT no ICMBio para elaboração de relatório sobre a referida NT, o qual será divulgado em breve. Após debate, foi decidido que o CIF aguardará análise técnica da CTBIO e os resultados do relatório do GT do ICMBio para adoção das providências cabíveis. Adiante, a Presidente suplente do CIF informou que a Renova enviou ofício referente ao custeio de despesas dos agentes públicos para avaliação dos programas conduzidos pela Fundação. Após debate sobre as considerações elencadas pela Renova, foi definido que o CIF providenciará resposta jurídica sobre a questão e os Estados e a União deverão fazer projeções dos gastos. Em seguida, a representante da Casa Civil advertiu sobre o novo modelo do Termo de Conciliação da Pesca Profissional, o qual aponta que o valor do auxílio financeiro emergencial não será descontado do lucro cessante, conforme a Deliberação CIF nº 119. Todavia, após a leitura do parágrafo segundo da cláusula sexta do termo mencionado, a qual prevê que, caso no futuro se chegue ao entendimento que o auxílio financeiro compõe o lucro cessante, ainda que parcialmente, o valor pago a título de auxílio financeiro a partir de cinco de dezembro de dois mil e dezessete será descontado do lucro cessante devido ao período respectivo. Destarte, a representante da Casa Civil solicitou resposta jurídica sobre a presença desse dispositivo no Termo de Conciliação. Na sequência, teceu comentários acerca do Plano de Trabalho, o qual não fez menção ao pagamento dos pescadores artesanais. A Presidente suplente do CIF solicitou maior rigor dos coordenadores das CTs no acompanhamento da execução das atividades pela Renova e, caso necessário, sejam propostas notificações. O representante da DPU informou que a Renova afirmou em reuniões que ainda não possui Plano de Trabalho definido para o pagamento das indenizações aos pescadores artesanais, assim como para aqueles com dificuldades na comprovação dos danos, por falta de documentos contábeis. Descreveu rapidamente a situação dos pescadores caranguejeiros, os quais receberiam tratamento diferenciado quanto aos demais impactados, no que se refere ao cálculo das indenizações. Também informou que a CTOS está em fase final de elaboração de NT com base na solicitação da DPU para que conste no Termo de Conciliação a ressalva de que novas indenizações ou erros de cálculos serão considerados válidos no futuro, a

Asser

52 título de indenização. Por fim, comunicou que a DPU organizará o atendimento aos impactados
53 para celebração do Termo de Conciliação. Porém, devido às dificuldades operacionais, solicitou que
54 a Renova atenda preferencialmente aqueles que possuam advogados particulares. Após variados
55 relatos negativos das condutas da Renova e debate sobre o mecanismo de acompanhamento das
56 atividades da Fundação, diversos membros das CTs relataram formas de acompanhamento do
57 cumprimento das atividades e a Presidente suplente do CIF solicitou que seja elaborado documento
58 prevendo mecanismo administrativo de controle das atividades por CT. Todos os pontos suscitados
59 devem ser reunidos em documento único, em ofício geral relatando os problemas e dificuldades das
60 CTs. Também foi sugerido prazo fixo para cumprimento da Renova, uniformizando as deliberações.
61 Se for descumprido, será reiterado. Caso haja novo descumprimento, haverá notificação. Em
62 seguida, o Secretário da SEMAD fez informes acerca da celebração do TAC relativo ao manejo dos
63 rejeitos em Fazenda Floresta, afirmando que a dragagem na Usina de Candonga será retomada.
64 Com relação ao retorno às atividades minerárias pela Samarco, previsto para meados de 2018,
65 frisou que foi obtida autorização do ICMBio para retomada do licenciamento ambiental da cava
66 Alegria, ainda em processo de Licença de Instalação. Em seguida serão solicitadas a Licença de
67 Operação e a Licença Corretiva para todo o complexo minerário. Ao final, mencionou reunião
68 pública agendada para o dia 24 de novembro. Em seguida, passou-se a parte aberta da reunião do
69 CIF, com apresentação de todos os presentes. O Secretário-Executivo do CIF informou que a
70 Controladoria Geral da União indicou como representante para o Conselho Fiscal da Fundação
71 Renova o superintendente da Procuradoria Regional da União do Estado de Minas Gerais. Adiante
72 na pauta, o Secretário-Executivo da Secretaria Executiva de Minas Gerais fez apresentação sobre a
73 SECEX/MG, mencionando o Decreto nº 197/2016, que instituiu comissão composta por 21 órgãos e
74 entidades para dar suporte aos representantes de Minas Gerais no CIF. Destacou que os Prefeitos
75 dos municípios mineiros requerem maior parceria com as prefeituras na elaboração dos projetos, os
76 quais por vezes não representam a necessidade ou interesse municipais, além de externarem a
77 dificuldade na elaboração dos projetos. Também ressaltou que durante o Fórum de Prefeitos,
78 instância de deliberação e troca de informações a respeito das ações das prefeituras, foi solicitado ao
79 Governo de MG a criação da SECEX/MG para apoiar as ações municipais no âmbito do CIF. O
80 Secretário-Executivo de MG salientou que foi justamente no Fórum de Prefeitos onde o Governador
81 de MG anunciou a criação da SECEX/MG, a qual foi instalada na SEAPA. Citou as atribuições da
82 SECEX/MG de articulação com os membros do CIF representantes de MG, com as CTs e os órgãos
83 e entidades do Estado, bem como de monitoramento das ações do Estado no âmbito do TTAC e
84 sistematização dos gastos extraordinários do Estado. Frisou a interface com os municípios mineiros
85 relacionados no TTAC, para compilação e direcionamento dos pleitos municipais, além da
86 interlocução com a Renova e a proposição de medidas para implementação dos Programas. O
87 Secretário da SEAPA informou que a criação da SECEX/MG visa o aumento da participação dos
88 municípios mineiros no CIF e sugeriu o desenvolvimento de atividades conjuntas com a
89 SECEX/CIF para fortalecimento das políticas de restauração da bacia do rio Doce. A importância
90 dessa iniciativa foi enaltecida pelos membros do CIF. Dúvidas e esclarecimentos. A SECEX/MG
91 participará de todas as reuniões do CIF. Próximo item da pauta, a coordenadora da CT-SHQA fez
92 informes gerais, destacando que, em atendimento à Deliberação nº 117, foi enviado Ofício Circular
93 da ANA relativo ao chamamento aos prefeitos mineiros. Em seguida, apresentou a NT nº 14, que
94 analisa o documento “Diretrizes para Repasse de Recursos, Apoio Técnico e Capacitação aos
95 Municípios”, entregue pela Renova, fazendo leitura integral da proposta de deliberação para
96 aprovação do referido documento, o qual materializa as orientações concernentes ao Programa de
97 coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos, em atendimento ao item 4 da
98 Deliberação nº 75. Discussões sobre o item 3 da minuta de deliberação. Foi comunicada que está
99 pautada apresentação da Renova sobre o documento no segundo dia de reuniões. O Secretário da
100 SEAPA parabenizou a CT-SHQA pelo trabalho e solicitou ciência prévia do conteúdo da carta a ser
101 enviada após assinatura da deliberação, solicitando que a SECEX/MG se certifique de que o
102 documento seja entregue aos Prefeitos. O Prefeito de Rio Doce propôs reunião extraordinária do
103 Fórum de Prefeitos para tratativas sobre o tema, se possível com a presença de um representante da



104 CT-SHQA. Sugestão de realização de seminário para a apresentação das diretrizes aos municípios
105 com a presença da CT-SHQA e da Renova. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 122.** O
106 representante do CBH-Doce registrou que se trata do maior programa de saneamento do Brasil.
107 Seguindo a pauta, a coordenadora da CT-SHQA apresentou a NT nº 16, que analisa o documento
108 “Estudos de Capacidade de Mananciais Superficiais e Subterrâneos”, elaborado pela Renova em
109 atendimento às Deliberações nº 04, nº 10 e nº 16, referentes ao Programa de melhoria dos sistemas
110 de abastecimento de água, previsto na Cláusula 171 do TTAC. Após breve histórico, houve leitura
111 integral da proposta de deliberação para aprovação do referido documento, considerando as
112 manifestações e recomendações da NT. Debates acerca da nomenclatura “aprovação com
113 ressalvas”, “aprovação com recomendações”, ou “atendimento com complementações técnicas”.
114 Adequações na redação. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 123.** O representante do CBH-Doce
115 ressaltou que o estudo se direciona às estruturas de regularização, não contemplando o potencial de
116 melhoria em termos de produção de água das atividades coordenadas pela CT-FLOR, sugerindo que
117 as duas CTs trabalhem em conjunto no futuro. Na sequência, a coordenadora da CT-SHQA
118 apresentou a NT nº 15, que analisa o documento “Plano de Ações para o Períodos Chuvosos”. Após
119 breve histórico, a coordenadora realizou leitura integral da proposta de deliberação para aprovação,
120 com ressalvas, do referido documento, considerando as manifestações e recomendações contidas na
121 NT. Nova redação do item 4, para que o Plano de Ações seja apresentado pela Renova à CT-
122 Rejeitos, CT-FLOR, CT-BIO, CT-CPDCS e CT-Saúde. Representantes da CT-SHQA devem
123 participar dessas reuniões. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 124.** Por último, a coordenadora da
124 CT-SHQA apresentou item extra pauta, referente à NT nº 05 do Grupo de Trabalho do PMQQS, a
125 qual analisa o relatório parcial de avaliação dos dados do PMQQS. Esclarecimentos sobre a NT do
126 GT, cuja análise versou sobre as providências que devem ser adotadas pela Renova para a avaliação
127 das inconformidades dos parâmetros detectados pelas estações de monitoramento. Leitura integral
128 da proposta de deliberação que altera o item 4.3.1 do PMQQS, aprovado pela Deliberação nº 53.
129 Votação. Aprovada a **Deliberação nº 125.** Conforme solicitação do Secretário da SEAPA, foi
130 tratada a NT nº 40 da CTEI, que propõe ajustes na Deliberação nº 78, acerca do ressarcimento aos
131 municípios. O representante da CTEI informou que a solicitação da Renova para ajustes na referida
132 deliberação se justifica pelo fato de que, de acordo com a Cláusula 141 do TTAC, a comprovação
133 dos gastos mediante declaração da autoridade se trata de prerrogativa exclusiva dos
134 compromitentes, separadamente dos municípios, os quais devem comprovar os gastos
135 extraordinários, e não apenas declará-los. Em seguida, apresentou proposta de nova redação para o
136 item 2 da Deliberação nº 78, o qual não fez a devida distinção entre os compromitentes e os
137 municípios. Na sequência foi apresentada a NT nº 38 da CTEI, que avalia o projeto piloto para
138 ressarcimento dos municípios e apresenta modificações aos critérios de elegibilidade, contratações
139 de serviços e aquisição de mercadorias e equipamentos, além do cronograma. O representante da
140 CTEI frisou que os resultados foram insatisfatórios devido à dificuldade das prefeituras no
141 fornecimento dos documentos comprobatórios de gastos à EY, mas destacou que a prefeitura de Rio
142 Doce obteve desempenho satisfatório, a qual será utilizada como referência aos outros quatro
143 municípios, os quais relataram muitas dificuldades, compartilhadas com os demais trinta
144 municípios. O Prefeito de Rio Doce esclareceu que os gastos realizados à época foram grafados
145 com empenho específico, o que facilitou a coleção de todos os gastos. O Prefeito de Mariana fez
146 breve histórico do caso, mas advertiu que não receberia cerca de 5% do montante a que o município
147 tem direito e não assinará termo de quitação, visto que o valor comprovado documentalmente e
148 ofertado pela Renova é ínfimo. Amplo debate sobre as dificuldades técnicas e de gestão para
149 comprovação dos gastos extraordinários. O Secretário da SEAPA asseverou que a exigência de
150 documentos comprobatórios tornará o ressarcimento inviável e propôs encaminhamento para que
151 CTEI apresente solução alternativa ao imbróglgio, devendo buscar outros métodos para o
152 ressarcimento, diferentemente do documental. Leitura das Cláusulas 141 e 142. A maioria dos
153 membros do CIF apoiou que sejam sugeridas outras formas de comprovação. Foi decidido que a
154 CTEI realizará estudo de nova metodologia e diretrizes para o ressarcimento dos municípios e
155 solicitará aos Prefeitos uma estimativa dos gastos. Sugestão de possibilidade de utilização de

156 questionário para estimativa de custos e despesas. Registra-se o seguinte encaminhamento: a CTEI
157 desenvolverá novo modelo para cálculo dos gastos municipais a serem ressarcidos e apresentará
158 nova proposta nas próximas reuniões do CIF. Assim, a minuta de deliberação não será votada,
159 sendo retirada da pauta. Às treze horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às
160 quatorze horas e vinte minutos. Continuando a apresentação, o representante da CTEI fez informes
161 gerais sobre o andamento do Programa de ressarcimento dos gastos públicos, comunicando o
162 efetivo ressarcimento do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais no último dia 30 de outubro, no
163 valor em torno de sete milhões, setecentos e cinquenta mil reais. A Renova também já recebeu os
164 documentos da FHEMIG, da SEDESE e da ARSAE. Acerca do ressarcimento do Ibama, os
165 fornecedores apresentaram questionamentos técnicos sobre os equipamentos solicitados, os quais
166 encontram-se em processo de aquisição pela Renova. Os ajustes foram realizados permitindo a
167 continuidade do processo de compra. A EY está analisando a documentação para o ressarcimento
168 dos municípios de Sem Peixe e São José do Goiabal. Seguindo a pauta, o representante da CTEI
169 apresentou a NT nº 39, que avalia a solicitação de dilação de prazo da Renova para apresentação do
170 estudo para certificação de produtos com insumos da mineração, informando que a Deliberação nº
171 100 estabeleceu prazo até 23 de novembro de 2017 para a apresentação do referido estudo de
172 certificação e criação do selo de conformidade para produtos que tenham como insumos resíduos e
173 rejeitos derivados do processo de mineração. A CTEI recomendou a prorrogação e propôs o novo
174 prazo de trinta dias para a contratação de serviços de consultoria, conforme TR, e de cento e vinte
175 dias para a apresentação dos resultados. Leitura integral da proposta de deliberação. Enaltecida a
176 importância da contratação local de fornecedores pela Renova. Votação. Aprovada a **Deliberação nº**
177 **126**. Na sequência, o representante da CTEI apresentou o Programa Mariana Presente e Futuro,
178 destacando a elaboração conjunta do programa com a sociedade, lideranças sociais e empresariais,
179 tendo como objetivo geral a inclusão de Mariana entre os dez primeiros municípios no *ranking* do
180 IDH-M Brasil. Além disso, também se almeja a preparação do município para outras atividades não
181 relacionadas à mineração, proposta consonante com a Cláusula 129 do TTAC. Após
182 esclarecimentos sobre o programa, registra-se em ata que o CIF aceita as condições expostas pela
183 CTEI acerca do Programa Mariana Presente e Futuro. Adiante, a CTEI apresentou a proposta da
184 prefeitura de Rio Doce para a digitalização da rede de rádio da Polícia Militar da região de Rio
185 Doce, Santa Cruz do Escalvado, Acaiaca e Barra Longa, que atualmente utiliza plataforma
186 analógica implantada por volta de 1970. De acordo com a Cláusula 173, a Renova deverá
187 implementar medidas de incremento da estrutura de apoio aos sistemas de emergência e alerta, as
188 quais deverão ser mantidas pelo prazo de cinco anos, contados do início da sua execução. Estima-se
189 que o valor empregado no projeto será de até um milhão e quinhentos mil reais. O prefeito de Rio
190 Doce explicou que a PM mineira é responsável pela Defesa Civil e que o sistema digital
191 proporcionará a integração entre os órgãos e as empresas mineradoras nos casos emergenciais, além
192 de promover o aumento do alcance territorial do sistema. Os membros do CIF manifestaram
193 concordância com a proposta específica para cumprimento da Cláusula 173, dentro dos programas
194 compensatórios. Todavia, essa providência não exaure a cláusula por completo. Foi informado que a
195 Renova já adotou grande parte das providências necessárias para cumprimento da cláusula, a qual
196 se encontra parcialmente cumprida. Discussão sobre a CT responsável pelo acompanhamento da
197 cláusula. A CTEI acompanhará esse programa em conjunto com a CT-ECL, CT-Rejeitos, CT-
198 CPDCS e CT-Saúde, as quais deverão se reunir para levantarem as pendências quanto ao
199 cumprimento integral da referida cláusula e apresentá-las nas próximas reuniões do CIF. Registra-se
200 em ata que o grupo intercâmaras atualizará o andamento da Cláusula 173. A SECEX redigirá
201 proposta de deliberação para apreciação e votação. Adiante na pauta, o coordenador da CT-INFRA
202 fez informes sobre o andamento das atividades relativas à situação de Barra Longa descrita no
203 Ofício do Gabinete do Prefeito. Com relação aos danos causados nas vias urbanas, haverá reunião
204 da CT com o Prefeito para levantamento de informações para avaliação do diagnóstico realizado
205 pela Renova no âmbito do Programa de manutenção da qualidade de vias. Quanto às duas erosões
206 na rodovia de acesso à entrada principal da cidade, o coordenador informou que na última reunião
207 entre Renova e prefeitura de Barra Longa houve encaminhamento para realização de nova reunião



208 com o DER/MG em Belo Horizonte para discussão dos aspectos técnicos referentes à erosão. No
209 que se refere ao parque de exposições com disposição de rejeitos, informou o impedimento da
210 prefeitura para concessão de alvará para permissão de execução da obra de recuperação do parque,
211 por força de decisão em ACP. Comunicou que o município propôs a construção de novo parque de
212 exposições em outra área e declarou que a questão vem sendo analisada pela CT-INFRA, com
213 perspectiva de que seja pautada deliberação sobre o tema até a próxima reunião do CIF. O
214 coordenador da CT-Rejeitos, por videoconferência, refez o histórico da escolha do parque no
215 período emergencial para alocação dos rejeitos e afirmou que as residências impactadas pelo
216 trânsito de máquinas pesadas foram cadastradas para fins de indenizações. Encaminhamento: CT-
217 INFRA e CT-Rejeitos se reunirão com o MPF para tratar da situação do parque de exposição. O
218 coordenador da CT-INFRA prosseguiu com os informes, tratando da situação do reassentamento de
219 Paracatu de Baixo, discorrendo sobre as visitas técnicas realizadas em outubro nas áreas propostas,
220 assim como um seminário, informando que os relatórios técnicos foram encaminhados à Renova.
221 Será adotado o mesmo procedimento realizado para Bento Rodrigues, com visita técnica no novo
222 local e reunião pública para oitiva da comunidade. Destacou que as características de uso e
223 ocupação do solo, bem como os aspectos sociais de Paracatu de Baixo devem ser considerados na
224 escolha da nova área, para reprodução das condições de vida das pessoas. Enfatizou que o tipo de
225 solo, a produtividade, a disponibilidade hídrica e a localização geográfica serão consideradas nos
226 debates com a sociedade e demais órgãos envolvidos. Mencionou que Paracatu de Baixo era
227 composta por lotes relativamente grandes e terrenos multifamiliares, que produzem alimentos e
228 possuem características de trocas internas. O coordenador da CT-INFRA apontou dúvida se a área
229 escolhida pela Renova comporta essas pequenas chácaras, visto que o novo terreno contém áreas de
230 brejo e morro, com áreas bastantes degradadas e preocupações hídricas para abastecimento
231 residencial e irrigação. Após breve histórico da escolha do terreno pela Renova, o coordenador
232 reiterou que a CT-INFRA vem buscando soluções para a área, em diálogo frequente com a
233 população, e concluiu informando acerca de reunião com os envolvidos no formato de seminário,
234 previsto para dezembro. Em seguida, fez informes sobre o sistema “Limpa Rodas”, formalizando a
235 inclusão do diagnóstico das estruturas no âmbito da CT-INFRA. Adiante, passou à proposta de
236 deliberação relativa aos resultados preliminares averiguados pela EY, apresentando a NT nº 08, que
237 contém considerações relativas ao Programa de recuperação das demais estruturas impactadas entre
238 Fundão e Candonga. Leitura integral da minuta de deliberação que descreve as recomendações da
239 referida NT. Quanto à asseguarção do Programa pela EY, foram contabilizadas mais de mil ações
240 planejadas, com cerca de seiscentas intervenções finalizadas, conforme alegado pela Renova. Mais
241 de quinhentos documentos já foram vistoriados pela EY, com algumas duplicidades constatadas e
242 outras com processo de recuperação em andamento. Ressaltou que 463 infraestruturas poderão ser
243 consideradas “conforme” ou “conforme com ressalvas”, a qual necessita de última asseguarção ao
244 final do programa, conforme indicador validado. Dessas infraestruturas, apenas 320 casos possuem
245 termo de aceite dos proprietários, dos quais cerca de cinquenta devem ser incluídos no cadastro.
246 Amplo debate. Alteração da ementa. Questionamentos. Dúvidas e esclarecimentos. O representante
247 da EY fez considerações acerca do controle de processo, que ocorrerá de forma amostral e
248 trimestralmente. Explicações item a item da minuta de deliberação. Debate sobre as ações
249 compensatórias da Renova, a qual deverá elaborar inventário de todas as ações compensatórias
250 executadas fora do âmbito do TTAC, sugerindo em quais programas do TTAC cada ação se encaixa,
251 para análise da CT pertinente. Adequações na redação. Supressão de diversos itens. Redação para
252 aprovação da NT e seus encaminhamentos. O item relativo ao cadastro foi mantido. Votação.
253 Aprovada a **Deliberação nº 127**. Antes de seguir a pauta, o Secretário-Executivo do CIF informou
254 que a proposta de deliberação sobre o projeto de digitalização da rede de rádio da PM havia sido
255 finalizada e poderia ser apresentada. A Presidente do CIF aceitou o pedido e o Secretário-Executivo
256 do CIF realizou leitura integral da minuta. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 128**. Na sequência
257 da pauta, o coordenador da CT-ECLT solicitou, por videoconferência, que a proposta de deliberação
258 sobre a educação integral em Mariana seja retirada de pauta, visto que ainda está pendente de
259 avaliação pela CTEI quanto ao impacto econômico decorrente da queda da arrecadação da

260 prefeitura. Registra-se o seguinte encaminhamento: a CTEI analisará o tema com celeridade para
261 apresentação nas próximas reuniões do CIF, devido ao retorno das aulas em fevereiro. Adiante, o
262 coordenador da CT-ECLT relatou nova negativa da Renova para custeio dos membros da CT para
263 possibilitar a participação de todos nos eventos promovidos pela CT, solicitando registro em ata a
264 dificuldade enfrentada pela CT-ECLT para acompanhamento da execução dos programas sob sua
265 responsabilidade sem que haja o custeio pela Renova. Após breve debate sobre os dados das
266 despesas realizadas pela Renova, que tornam inviável a validação pela CT-ECLT, foi decidido que a
267 Renova deverá apresentar, em 15 dias, um detalhamento dos dispêndios realizados no Programa de
268 Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, conforme solicitação da CT. Em relação ao
269 Termo de Referência para mapeamento do patrimônio cultural dos municípios impactados, o
270 coordenador relatou problemas de logística e agenda das ações relativas ao ES, o que vem atrasando
271 as atividades em desenvolvimento. A Secretária da SETADES solicitou esclarecimentos sobre o
272 andamento dos trabalhos da escola em Povoação/Linhares, e o coordenador da CT-ECLT informou
273 que tem ciência da demanda, porém até o momento não recebeu as devidas autorizações da CTEI e
274 da Renova para prosseguimento com as atividades pertinentes. Conforme a pauta, a próxima CT a
275 apresentar foi a CT-Saúde, cujo coordenador comunicou a realização do seminário em Mariana para
276 aprofundamento do debate sobre os municípios que passaram por tragédias sociais, informando que
277 o próximo seminário será realizado em Governador Valadares, em dezembro. Em seguida,
278 apresentou a NT nº 12, relativa à inclusão de novas localidades no monitoramento de água tratada
279 para consumo humano, e fez leitura integral da proposta de deliberação que complementa a
280 Deliberação nº 95. Durante a apresentação, o coordenador da CT mencionou que grupos técnicos
281 avaliaram localidades não previstas no TTAC, além dos dezessete municípios, e vistoriaram
282 Distritos que foram comprometidos em algum momento durante o desastre, os quais devem ser
283 incluídos no programa de monitoramento. Adequações na redação da minuta para a indicação
284 expressa das localidades de MG e ES. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 129.** Registra-se o
285 seguinte encaminhamento: a CT-SHOA avaliará a possibilidade de inclusão dos potenciais pontos
286 de captação de água para abastecimento das futuras áreas anfitriãs para a construção de Bento
287 Rodrigues e Paracatu de Baixo. Na sequência, o coordenador da CT-Saúde apresentou a NT nº 13
288 com avaliação dos termos de contratação da Renova para os programas de saúde, recomendando a
289 suspensão dos processos de contratação e seleção de profissionais. A CT também apresentou
290 propostas de execução dos estudos toxicológicos e epidemiológicos, solicitando cronograma
291 detalhado com todas as informações e etapas dos processos em execução e já executados pela
292 Renova, conforme a Deliberação nº 73. Ademais, a Renova deverá apresentar novo TR, em
293 conformidade com a NT nº 11 da CT-Saúde, no prazo de dez dias. Caso essas determinações não
294 sejam cumpridas, a Fundação deverá sofrer as sanções previstas no TTAC, visto que a Deliberação
295 nº 106 foi descumprida. Ampla debate sobre possíveis ingerência do CIF na Fundação, assim como
296 sobre a possibilidade das CTs solicitarem a suspensão das contratações da Renova. A representante
297 da SEMAD sugeriu que esses temas sejam tratados em reuniões internas prévias. A maioria dos
298 membros do CIF entendeu que a Deliberação nº 106 foi descumprida e a Renova deverá ser
299 notificada. A representante do IEMA solicitou registro em ata de apoio à CT-Saúde no pedido de
300 suspensão das contratações. A proposta de deliberação será redigida novamente e reapresentada
301 amanhã. Próximo item da pauta, o Prefeito de Mariana tratou da execução da Deliberação nº 115 e
302 da destinação dos valores da multa do TTAC, solicitando que, devido à grande crise financeira que
303 o município atravessa em razão da queda de arrecadação por causa da paralisação das atividades da
304 Samarco, os valores das multas sejam destinados para custeio de serviços essenciais, tais como os
305 serviços oferecidos pelo hospital municipal e/ou de coleta de lixo. Após amplo debate, foi definido
306 que os quatro municípios deverão apresentar formalmente a destinação dos recursos e as devidas
307 justificativas, por meio de NT, à comissão jurídica composta por representantes da União e dos
308 Estados, a qual analisará a questão, por meio de Parecer, o qual fundamentará a decisão do CIF. A
309 reunião se encerrou às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte de novembro de dois mil e
310 dezessete. Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta
311 minutos, na sala nº 97 do Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, foi

312 **retomada a segunda parte da 20ª Reunião Ordinária** do Comitê Interfederativo sobre o Desastre
313 de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente suplente
314 do CIF cumprimentou todos os presentes e reiniciou os trabalhos com a apresentação da CT-
315 CPDCS, cuja coordenadora fez breves relatos sobre a participação da consultoria Ramboll na última
316 reunião da CT, onde foram reportados possíveis mudanças da governança e dos programas após a
317 homologação do TAC junto ao MPF, principalmente com relação à participação da sociedade civil.
318 Ressaltou que, caso as mudanças informadas pela Ramboll realmente ocorram, será necessária a
319 criação de nova estrutura para atendimento dos representantes das comunidades, inclusive com
320 capacitação em parceria com a ENAP. Ampla debate sobre as possíveis mudanças no TTAC. Foram
321 solicitados relatos sobre o andamento das negociações, as quais as Procuradorias da União e dos
322 Estados de MG e ES estão acompanhando e alinhando. Foi destacado que a governança será
323 alterada, sendo mantidos o CIF e a Renova. Registra-se em ata os seguintes encaminhamentos: a
324 AGU, a PGE e a AGE serão convidadas para apresentarem resumo das tratativas para homologação
325 do TTAC nas próximas reuniões do CIF. O CIF oficiará o MPF solicitando apresentação sobre a
326 atuação da Ramboll. As consultorias previstas no TAP deverão enviar, com antecedência, a lista de
327 funcionários e representantes nas reuniões das CTs e do CIF. A SECEX solicitará cópia do e-mail
328 encaminhado pela Ramboll aos coordenadores de CTs, contendo a apresentação mencionada. Foi
329 informado que o Aditivo ao TAP, referente à área socioeconômica, foi assinado na semana passada.
330 Ampla debate sobre a qualidade técnica das consultorias e críticas ao relatório da Ramboll. Em
331 seguida, a coordenadora da CT-CPDCS fez informes relativos ao atendimento através do portal da
332 Renova na internet, previsto na Deliberação nº 105, mencionando que foi solicitado que a Fundação
333 realize um teste focal com a população, o qual será avaliado pela DPU. Na sequência, a
334 coordenadora informou que a Renova enviou o cronograma e documento com perguntas e respostas
335 referentes ao plano de comunicação sobre a qualidade da água para consumo humano, destacando
336 que em breve será realizada reunião com as CTs pertinentes para avaliação do instrumento
337 informativo. Também mencionou a falta informações sobre os pescadores artesanais no programa
338 de indenização, informando sobre visita ao Pontal do Ipiranga, junto com a CT-IPCT, para avaliação
339 da situação da comunidade remanescente de quilombola em Degredo, assim como haverá reunião
340 sobre os pescadores de Aimorés e Conselheiro Pena, em articulação com a Secretária Estadual de
341 Direitos Humanos de Minas Gerais. A Secretária da SETADES solicitou que o representante do ES
342 da CTOS seja convidado para a visita ao Pontal do Ipiranga. A SECEX/MG articulará para
343 possibilitar a participação da referida Secretaria Estadual na reunião em Aimorés. Próximo item da
344 pauta, o coordenador da CT-Rejeitos, via videoconferência, fez informes sobre o andamento das
345 obras em área de APP na Fazenda Floresta. O representante da Renova mencionou o plano de
346 execução em elaboração junto à Prefeitura de Rio Doce para mitigação dos impactos. O
347 coordenador da CT-INFRA informou que também acompanha todo o processo devido ao
348 diagnóstico de manutenção das obras. Na sequência, o coordenador da CT-Rejeitos comunicou
349 acerca de ofícios enviados aos órgãos públicos pertinentes, relativos à realização do pré-plano de
350 enchimento do reservatório da UHE Risoleta Neves, solicitando que o CIF articule reunião na Casa
351 Civil para que os órgãos públicos se manifestem minimamente quanto aos requisitos para o devido
352 cumprimento do Plano, tendo em vista a complexidade da ação. O representante da Renova sugeriu
353 a realização de um fórum de mediação para tratar do assunto, pelas divergências de posições dos
354 atores envolvidas e da magnitude da obra prevista no plano de enchimento do reservatório de
355 Candonga. Ao final, foi mencionada possibilidade de litígio entre a Samarco e o Consórcio de
356 Candonga. Em seguida, a CT-Saúde apresentou a nova proposta de deliberação sobre os termos de
357 contratação para os programas de saúde. O coordenador da CT reapresentou a minuta para
358 aprovação da NT nº 13, propondo notificação da Renova pelo descumprimento parcial da
359 Deliberação nº 106, referente à elaboração do TR com as bases mínimas para os estudos
360 epidemiológico e toxicológicos. Debate sobre o prazo proposto. A Renova concordou com o prazo
361 de dez dias. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 130**. Seguindo a pauta, o coordenador suplente da
362 CT-BIO apresentou a proposta de deliberação para a construção de dois Centros de Triagem de
363 Animais Silvestres em MG e ES, em atendimento à Cláusula 167 do TTAC. Leitura integral da

364 proposta de deliberação. Alteração da ementa. Amplo debate sobre a localização dos CETAS fora da
365 Área Ambiental 2. Questionamentos. Dúvidas e esclarecimentos. Debates acerca do período de
366 manutenção dos CETAS e do custeio pela Renova. O coordenador da CT-Rejeitos, por
367 videoconferência, reforçou a necessidade e a plausibilidade de construção do CETAS em Nova
368 Lima/MG, detalhando a localização do terreno do Ibama, ressaltando que existem diversos
369 documentos técnicos que embasam a escolha de Nova Lima para construção do CETAS. Com
370 relação ao CETAS no ES, houve debates sobre a localização em Serra ou em Vila Velha. A
371 alternativa apresentada foi para que a construção ocorra na Região Metropolitana de Grande Vitória,
372 a qual contempla os dois locais. A escolha da localidade específica também deverá ser
373 fundamentada em estudos técnicos. A representante da Renova elogiou os locais e a iniciativa, mas
374 ressaltou que se trata de abertura de precedente de alteração do TTAC, a qual não deve ocorrer para
375 os demais programas. Registra-se em ata que as obras a serem realizadas fora da Área Ambiental 2
376 não abrirão precedentes para que ações similares sejam realizadas em alteração ao TTAC. Alteração
377 da redação, contendo previsão do TR a ser elaborado pelo Ibama. A redação da proposta de
378 deliberação foi realizada conforme disposto na Cláusula 167. Votação. Aprovada a **Deliberação nº**
379 **131**. Na sequência, o coordenador suplente da CT-BIO apresentou proposta de deliberação sobre o
380 plano de trabalho para a elaboração de Plano de Ação Nacional para a Conservação da Fauna e
381 Flora Terrestre, em atendimento à Cláusula 168 do TTAC, estabelecendo prazo para a apresentação
382 do Plano de Trabalho com as adequações solicitadas pela CT-BIO. Leitura integral da proposta de
383 deliberação. Alteração da ementa. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 132**. Em seguida, o
384 coordenador suplente da CT-BIO apresentou proposta de deliberação sobre Plano de Trabalho para
385 estudos de avaliação dos impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão nas Unidades
386 de Conservação. A representante do IEMA solicitou a retirada de pauta da proposta de deliberação
387 em razão da discordância dos representantes do IEMA quanto à NT nº 7/2017/CT-BIO. Não houve
388 oposição e a proposta foi retirada de pauta para tratativa interna na CTBIO e retorno ao CIF após
389 consenso. A Presidente suplente do CIF, coordenadora da CT-FLOR, também solicitou que o
390 informes gerais da CT fossem retirados da pauta. Adiante na pauta, o coordenador da CTOS fez
391 informes sobre o cumprimento da Deliberação nº 111 e da Deliberação nº 119, e sobre o andamento
392 das indenizações, destacando a publicação do documento relativo ao tema no *site* da Fundação
393 Renova, elaborado em conjunto com a CTOS. Ressaltou que a Renova apresentou o Plano de
394 Proteção Social, entretanto a CTOS solicitou maior detalhamento dos instrumentos do programa,
395 como o cronograma das campanhas, mapa de vulnerabilidades e indicadores de desempenho.
396 Também informou que solicitou à EY o Plano de Auditoria para ser apresentado na próxima reunião
397 do CIF. Em seguida, tratou das demandas provenientes do judiciário, mencionando que o Promotor
398 de Justiça de Mariana solicitou que as reuniões da CTOS acontecessem nesse município. Amplo
399 debate sobre a atuação e a imagem da Renova, sendo sugerido pelo representante da Fundação que
400 seja realizado um fórum entre os técnicos da Renova e os técnicos dos órgãos públicos membros de
401 todas as CTs, para aperfeiçoamento das relações de trabalho. Também foi enaltecida a importância
402 das reuniões intercâmaras. Seguindo a pauta, o Prefeito de Mariana apresentou considerações sobre
403 os critérios para definição de dano compensatório ou reparatório, realizando a leitura do parágrafo
404 terceiro da Cláusula 18 e do inciso VII da Cláusula 06 do TTAC. Argumentou que os danos sofridos
405 em Colatina e Governador Valadares não deveriam ter sido classificados como compensatórios, mas
406 reparatórios. Advertiu que, caso os municípios recorram ao judiciário, também receberiam esses
407 mesmos valores relativos às indenizações pelos danos da água. Ao final, apresentou questionamento
408 se a incidência dos danos morais afeta ou não o teto dos programas compensatórios. A Presidente
409 Suplente do CIF solicitou análise jurídica do tema pela PFE/Ibama, da ANA ou do próprio GAJ, a
410 ser constituído. Com relação ao plano de trabalho de medidas compensatórias, a proposta vem
411 sendo desenvolvida para atendimento aos demais municípios, com recursos das medidas
412 compensatórias. Na sequência, o representante da ACIAM apresentou denúncia sobre a contratação
413 de caminhonetes pela EBEC, empresa não local, e cujos emplacamentos foram realizados em Belo
414 Horizonte, sem que os empresários locais tivessem ciência do processo concorrencial, em desacordo
415 com o Programa de estímulo à contratação local, previsto na Cláusula 134 do TTAC, lida na íntegra.

416 Ampla debate sobre os critérios das contratações locais e os termos “preferência” e “prioridade”.
417 Registra-se em ata os seguintes encaminhamentos: a SECEX enviará todos os documentos à CTEI,
418 para verificação do descumprimento da Deliberação nº 55. A Renova deverá apresentar defesa
419 quanto à denúncia, com as devidas justificativas, as quais devem ser apresentadas até o dia 28 de
420 novembro, para que haja prazo para análise na próxima reunião da CTEI, que tentará apresentar
421 encaminhamentos na próxima reunião do CIF. Adiante, o representante da ACIAM sugeriu a
422 retificação da Deliberação nº 55, tendo em vista que não há data de referência de inscrição do CNPJ
423 das empresas nos municípios para que estejam aptas a participar das concorrências como empresas
424 locais, argumentando que oportunistas podem abrir empresas na região para concorrer aos pleitos. A
425 Presidente suplente do CIF solicitou que a proposta de retificação da Deliberação nº 55 seja
426 apresentada por membro do CIF, apresentando a proposta por escrito para avaliação da CTEI. Em
427 seguida, a Prefeita de Santa Cruz do Escalvado informou que várias reuniões foram realizadas com
428 os representantes da Renova, porém a Fundação contratou poucas pessoas do município,
429 argumentando que existem muitos munícipes desempregados e apoiando as reivindicações do
430 Prefeito de Mariana. Solicitou que a Renova contrate profissionais locais, em virtude do impacto
431 social e econômico ocasionado pelo desemprego. O Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de
432 Mariana protocolou documento com questionamentos sobre as contratações locais de serviços e
433 empresas e alegou que nenhum funcionário da Renova presente na reunião do CIF é natural de
434 Mariana, afirmando que centenas de funcionários da Renova são oriundos da Samarco. Também
435 mencionou ser empresário da área de transporte e apresentou novas queixas sobre a não contratação
436 de mão de obra local e empresas locais, inclusive para o transporte de funcionários da Renova de
437 Belo Horizonte para Mariana. Argumentou que a locação de veículos não se trata de contrato
438 temporário e que o emplacamento foi feito em Belo Horizonte. Ressaltou que em Mariana existem
439 grandes profissionais e que a preferência deve ser dada aos munícipes marianenses em virtude da
440 crise econômica que trouxe grande impacto social e econômico ao município. A representante do
441 IEMA solicitou reconsideração do Prefeito de Mariana sobre a realização do Seminário do CIF no
442 município e o Prefeito respondeu que o melhor formato para o evento está sendo analisado e que,
443 provavelmente, o Seminário do CIF será realizado no início de 2018. As denúncias apresentadas
444 pela Câmara de Vereadores de Mariana e pela prefeitura de Santa Cruz do Escalvado também serão
445 enviadas à Renova para análise e manifestação direcionada à CTEI até o dia 28 de novembro. Às
446 treze horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas e vinte
447 minutos. Última apresentação de CT prevista em pauta, a representante da CT-IPTC informou que
448 foram solicitados pela comunidade Tupiniquim e Guarani, por intermédio da FUNAI, estudos de
449 qualidade de água, vegetação e crustáceos em porção territorial a ser indicada pelas comunidades.
450 Explicou que a demanda foi analisada no âmbito da CT e será encaminhada à CT-SHQA para
451 participação na execução das atividades em razão da experiência na realização dos estudos
452 solicitados. Adiantou que no início de dezembro ocorrerá reunião em Linhares, solicitada pelos
453 pescadores artesanais por intermédio da SE-INPTC, e, na sequência, ocorrerá reunião solicitada
454 pelos moradores de Pontal do Ipiranga, localidade adjacente à comunidade de Degredo, para
455 tratativas acerca das complementações de cadastro solicitadas à Renova em razão do número aquém
456 de cadastrados na região. Foi relatada pressão social em Degredo, pois o entorno da comunidade
457 não vem recebendo auxílio e/ou indenização, em descumprimento à Deliberação nº 58. Em razão da
458 complexidade do assunto e das atribuições de cada CT, a reunião será conduzida pela CT-CPDCS,
459 pois a maioria das comunidades da região não são consideradas tradicionais, contando também com
460 a participação da CTOS. A representante da CT-IPCT também ressaltou que serão tratados assuntos
461 relacionados aos pagamentos das indenizações e outras questões específicas das comunidades. Em
462 seguida, comunicou que a Renova enviou o “Plano de Ação Transitório às Comunidades de
463 Faiscadores”, o qual está sob análise da CT-IPCT em conjunto com o Conselho de Povos e
464 Comunidades Tradicionais, ressaltando que a primeira avaliação indica que o plano é satisfatório
465 em relação ao atendimento emergencial, mas que provavelmente será necessário estudo
466 antropológico para definição dos critérios para identificação dos faiscadores. Asseverou que a auto-
467 declaração deve ser considerada no referido estudo e que a análise do plano deve ser concluída até a

468 próxima semana. Por fim, a representante da CT-IPCT informou que, com o auxílio da SECEX, a
469 CT vem buscando formas para efetivar o secretariado da Câmara Técnica. Após debates internos,
470 decidiu-se pela possibilidade de que a SEGOV assumira a condução da CT-IPCT, visto que a FUNAI
471 e a FCP vêm enfrentando dificuldades na coordenação conjunta da CT, decisão apoiada pelo MDS.
472 Em seguida foi tratado o ponto relativo ao Seminário do CIF em Regência. A representante do
473 IEMA solicitou ajustes nos horários das apresentações, sendo destinados trinta minutos para os
474 debates e uma hora para a mesa redonda. O IEMA tentará providenciar a filmagem do evento, com
475 o auxílio da SECOM. Nomenclatura do evento definida como “Seminário do CIF na Foz do Rio
476 Doce”. Ampla debate sobre as datas propostas para a reunião do CIF em Vitória e para o Seminário
477 em Regência. Foi decidida a inversão de datas, restando definido que o Seminário do CIF será
478 realizado no dia 15 de dezembro e a 21ª Reunião Ordinária do CIF no dia 14 de dezembro. A
479 SECEX fará os ajustes necessários e enviará a programação com as mudanças aprovadas junto ao
480 convite oficial. As questões relativas à logística e ao transporte dos participantes de ida e volta de
481 Vitória para Regência também foram tratadas. A representante do IEMA solicitou que o primeiro
482 dia das reuniões do CIF se iniciem às treze horas, para facilitar a formação do quórum e o
483 comparecimento de todos os membros do CIF. Todos de acordo. Último ponto de pauta, a Renova
484 solicitou que a apresentação do orçamento de 2018 seja adiada por quinze dias, o qual será
485 protocolado até o dia 30 de novembro e apresentado na próxima reunião do CIF. A Presidente do
486 CIF ressaltou que a Renova precisará de prazo maior para apresentação do orçamento devido às
487 correções relativas ao pagamento das indenizações. Todos de acordo. A representante da Renova
488 informou que o atendimento ao impactado através do portal na internet já se encontra em
489 funcionamento, bastando apenas o fornecimento do número do CPF para que o usuário tenha acesso
490 ao seu cadastro. Citou previsão de que até 1º de dezembro o cadastro esteja integrado ao PIM. As
491 recomendações da CT-CPDCS serão analisadas e destacou o esforço da Renova no
492 desenvolvimento de melhores instrumentos de transparência, em atendimento às deliberações do
493 CIF. Em seguida, mencionou a Cláusula 134 do TTAC, relativa à priorização das contratações
494 locais, e explicou que o atraso da entrega do relatório ocorreu porque a estratégia de contratação da
495 Renova foi realizada de maneira compartilhada com a Samarco, durante determinado período.
496 Assim, o Relatório sobre as Contratações Locais será entregue apenas no dia 27 de novembro,
497 incluindo eventuais solicitações da CTEI durante a reunião. Na sequência, ressaltou que a Cláusula
498 135 do TTAC dispõe que a Renova deverá desenvolver ações estratégicas para priorização de
499 compras locais, incluindo o levantamento da oferta de produtos e serviços locais, desde que
500 compatíveis com preços de mercado. Também citou os princípios básicos da estratégia de
501 contratação, dentre os quais: processos concorrenciais, observância plena dos princípios de
502 integridade (*compliance*), contratação do melhor preço, capacidade técnica e saúde financeira dos
503 fornecedores. A representante da Renova respondeu brevemente aos casos citados na denúncia
504 referente ao aluguel de veículos, informando que vinte carros pequenos foram comprados em
505 Mariana, pelo fato de que a empresa ficou em segundo lugar no certame. As caminhonetes, por sua
506 vez, foram compradas de empresa de Belo Horizonte, ganhadora da licitação. Acerca da contratação
507 de empresa para transporte de funcionários de Belo Horizonte à Mariana, foi informado que o
508 transporte dos funcionários entre a sede e a filial da Renova é realizado por van. Sobre as queixas
509 da prefeitura de Santa Cruz do Escalvado, afirmou que vinte funcionários da Renova são oriundos
510 desse município. Após esclarecimentos sobre a contratação de pessoas locais das empresas
511 terceirizadas, declarou que a Renova responderá formalmente a todos os requerimentos, via CT
512 pertinentes. A SECEX disponibilizará as apresentações da Renova aos membros do CIF. A Renova
513 elaborará relatórios mensais sobre contratações locais, os quais serão encaminhados ao CIF. Em
514 seguida, a gerente de suprimentos da Renova apresentou os instrumentos de inclusão do fornecedor
515 local, dentre os quais, cita-se a diminuição dos escopos, a redução do prazo de pagamento de trinta
516 para quinze dias após a data da emissão da Nota Fiscal, a antecipação do pagamento de mobilização
517 para fornecedores locais, as linhas de crédito específicas em parceria com o BDMG e o BANDES, o
518 tratamento diferenciado nas concorrências e a priorização dos fornecedores locais segundo
519 sequência determinada nas NTs nº 09 e nº 19 da CTEI. Na sequência, outra representante da Renova



520 apresentou os programas de apoio para o estímulo à contratação local e à competitividade de
521 fornecedores, com reuniões em Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Governador Valadares, Aimorés,
522 Colatina e Linhares, contando com a presença de quase mil pessoas e mais de quinhentas empresas
523 cadastradas. Mencionou que iniciativa semelhante, denominada “Desenvolvimento de
524 Competitividade para Micro e Pequenas Empresas para fornecedores do Espírito Santo” terá início
525 em janeiro de 2018, com previsão de duas turmas de vinte e cinco empresas. Citou os assuntos
526 tratados nos cursos e enalteceu a parceria com o SEBRAE. Ressaltou estudo realizado entre janeiro
527 e março 2017 que percorreu os trinta e nove municípios contemplados no TTAC, o qual realizou o
528 levantamento de vocações e potencialidades de negócios e definiu a estratégia de qualificação de
529 fornecedores e mão de obra. Em março de 2018 será iniciado o Programa de Reabilitação
530 Financeira de Fornecedores Locais, amparado pelo fundo específico para reestruturação de dívidas
531 de empresas fornecedoras ou participantes de processos concorrenciais da Renova, em parceria com
532 BDMG e SEBRAE, enumerando as possíveis aplicações e público alvo do programa. Em seguida,
533 apresentou os indicadores de convites em processos concorrenciais e de contratos/aditivos de fato
534 iniciados, apresentando dados segregados entre locais e não-locais separados por municípios,
535 microrregião, mesorregião e Estados. Por fim, foi exposta comparação entre os índices da Samarco
536 e da Renova. Diversos gráficos foram apresentados, destacando-se os impostos arrecadados através
537 de serviços contratados pela Renova nos Estados de MG e ES. A Presidente suplente do CIF
538 questionou se os dados apresentados estão disponíveis no site da Renova e a representante da
539 Fundação respondeu que pretende publicar mensalmente os dados das contratações locais no site e
540 ressaltou que todos os dados serão auditados pela EY e pelo Ministério Público de Fundações. Na
541 sequência, a gerente de recursos humanos da Renova apresentou as contratações de funcionários e
542 terceirizados da Fundação. Descreveu o cenário sinteticamente e destacou que, no início, a
543 velocidade para mobilização de pessoal foi priorizada, com a contratação de lideranças em temas
544 específicos e a continuidade de profissionais temporários que já atuavam nos programas. Explicou
545 como isso impactou negativamente nos índices de contratação local, o qual aumenta
546 expressivamente quando a análise passa a ser de micro e mesorregião, onde mais de 90% dos
547 funcionários da Renova são naturais dos Estados de MG e ES. Por fim, tratou a evolução nos
548 índices de contratação local nos municípios como sendo o desafio atual da Renova, enfatizando que
549 existem mais de trezentas posições contratadas e cerca de três mil colaboradores. Em seguida,
550 apresentou os critérios para participação em processos seletivos, destacando que todas as vagas são
551 divulgadas no site da Renova, na aba “Trabalhe Conosco”. As candidaturas às vagas devem ocorrer
552 necessariamente pelo site e os candidatos devem atender aos pré-requisitos da vaga, tais como o
553 conhecimento da área, a escolaridade e possuir experiência mínima. Todas as vagas divulgadas
554 contêm esclarecimentos acerca da priorização de currículos para atendimento da política de
555 contratação local. Ao final, ressaltou que os candidatos de outros municípios são considerados
556 apenas quando esgotadas todas as análises de candidatos dos municípios impactados e de pessoas
557 com deficiência. Na sequência, apresentou os próximos passos das ações de estímulo à contratação
558 local, tais como a ampliação da divulgação das vagas nos municípios, em faculdades e rádios locais,
559 o suporte para cadastro no banco de currículos da Renova, a concorrência para contratação de
560 empresas locais de recrutamento e seleção em Mariana, Governadores Valadares e Linhares, e o
561 compromisso de apresentação de opções de candidatos locais para os gestores, desde que atendam
562 aos pré-requisitos das vagas. Adiante, a representante da Renova apresentou os números das
563 contratações locais realizadas pelas empresas terceirizadas, expondo gráficos de contratações de
564 mão de obra local pelas empresas terceirizadas, divididos por regiões. Também frisou que em
565 Mariana serão oferecidas duzentas e sessenta vagas para soldador, eletricista, instalador e bombeiro
566 hidráulico, assistente financeiro, serviços gerais e panificação. Para o restante de MG, serão
567 ofertadas mais duzentas e sessenta e cinco vagas. Para o estado do ES, serão oferecidas mais de mil
568 vagas, distribuídas entre os municípios de Linhares, Colatina, Baixo Guandu e Marilândia, para
569 contratação de armador, carpinteiro, pedreiro de alvenaria, instalador hidráulico, eletricista e
570 mecânico. Finalizou a apresentação mencionando o curso “Iniciando Negócio na Prática”, ofertado
571 pela Renova. Conforme acordado, o representante da CTEI solicitou que o valor monetário

572 despendido com contratos e pessoal esteja expressamente identificado no relatório a ser entregue,
573 assim como a tipologia dos serviços contratados pela Renova, separados em blocos de atividades
574 para traçar o perfil de contratação, citando como exemplo a contratação de mão de obra para
575 construção civil, motoristas, etc. Também foi questionada a meta de contratação de 50% de serviços
576 locais e de 70% de funcionários, sendo perguntado se existe pontuação diferenciada da empresa
577 local nos padrões dos processos concorrenciais. A Secretária da SETADES solicitou que seja
578 disponibilizado o número de concorrentes e dos efetivamente contratados, bem como a motivação
579 pela não contratação. Também teceu comentários acerca do perfil da mão de obra local, para auxílio
580 no desenvolvimento de políticas de capacitação, atendendo às necessidades de mercado. Na
581 sequência, o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Mariana apontou que considera
582 insuficiente apenas 29% dos contratados serem marianenses, tecendo críticas relativas à divulgação
583 das vagas, que ocorre no próprio site da Renova, alegando que os dados apresentados não são
584 confiáveis. Em seguida, houve debate sobre as taxas de juros dos Fundos, tendo em vista que os
585 representantes de Mariana relataram que os juros praticados pelo BDMG são maiores do que os
586 juros dos bancos comerciais. O representante da CTEI argumentou que a operacionalização dos
587 Fundos se encontra em fase inicial e que as taxas de juros dependem da calibração do Fundo,
588 necessitando de, pelo menos, três meses para melhor avaliação, visto que o perfil dos fornecedores
589 da Renova ainda não se encontra plenamente definido. Os dados obtidos em apenas um mês de
590 funcionamento não são substanciais. Assim, solicitou que as associações enviem novas informações
591 para avaliação da CTEI. Por fim, passou-se à apresentação das diretrizes para repasse de recursos
592 do Programa de Saneamento. Outra representante da Renova apresentou os objetivos do programa,
593 quais sejam, o atendimento da Cláusula 169 do TTAC e da Deliberação nº 75. Destacou que foi
594 estabelecido para o cumprimento da ação compensatória o montante de quinhentos milhões de reais
595 para realização das obras, projetos e apoio técnico e capacitação dos municípios. Em seguida,
596 apresentou o cronograma dos depósitos semestrais e anuais da Renova, as fases dos fluxos de
597 repasses e as suas respectivas ações. Na sequência, apresentou o histórico das reuniões de partida,
598 ressaltando que vinte e oito municípios já foram visitados, restando apenas onze. Também
599 descreveu o processo de seleção de empresa parceira para realização da capacitação dos municípios
600 para esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Argumentou que o apoio técnico não restringe a
601 autonomia e o protagonismo do município, o qual será responsável pela implantação do programa e
602 das ações correlatas, como a licitação, a fiscalização e a medição. Adiante, apresentou as
603 instituições financeiras parceiras do projeto e as ações necessárias para as fases de habilitação de
604 projetos, liberação de recursos, acompanhamento e encerramento das ações. O Prefeito de Rio Doce
605 teceu ponderações a respeito da liberação dos valores depositados, de modo que os municípios
606 atrasados não impeçam avanços daqueles que possuem projetos prontos. Também frisou a
607 dificuldade de convencimento dos Prefeitos acerca da necessidade de realização de consórcios para
608 destinação dos resíduos sólidos, destacando que a melhor alternativa para superação das
609 dificuldades seria o alinhamento com o arranjo territorial. Todavia, devido à falta de planejamento e
610 à criação de inúmeros consórcios, os arranjos territoriais não vêm sendo seguidos. Dessa maneira,
611 solicitou registro em ata o requerimento de novos estudos para elaboração de novas formas de
612 arranjo territorial, com base nos arranjos já existentes, o que aumentaria a chance de sucesso do
613 programa e facilitaria o debate entre os entes. O representante da Renova concordou com a
614 proposta, desde que formalizada pela CT e deliberada pelo CIF. O coordenador da CT-INFRA
615 informou acerca da existência de iniciativa paralela da SECIR para capacitação dos municípios em
616 relação ao saneamento e aos resíduos sólidos. Porém, também são identificadas dificuldades pelas
617 diferenças entre os aspectos políticos e técnicos, sugerindo a atualização dos arranjos para facilitar
618 as ações nos municípios. O representante do CBH-Doce comentou a iniciativa proposta e
619 mencionou exemplo do ES, onde foi elaborado estudo técnico que apontou para a importância do
620 trabalho conjunto intermunicipal na destinação dos resíduos sólidos, solicitando celeridade na
621 execução do estudo. Registra-se em Ata o seguinte encaminhamento: o arranjo territorial dos
622 consórcios deverá ser atualizado pela Renova, com base nos consórcios existentes para destinação
623 de resíduos sólidos e em estudo realizado pelo Governo de MG em 2011. A representante do IEMA

Aney

624 parabenizou a Renova pela qualidade das apresentações. Finalizando a apresentação, a
625 representante da Renova informou que o desbloqueio da última parcela do Programa de
626 Saneamento ocorrerá somente após o licenciamento ambiental das obras. O Prefeito de Rio Doce
627 advertiu que o licenciamento ambiental poderá ser fator de atraso das obras e comunicou que será
628 criada comissão de licenciamento ambiental como força tarefa para agilizá-lo. A 20ª Reunião
629 Ordinária do CIF se encerrou às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e um de novembro de
630 2017.



